

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.707.896 - SC (2017/0286630-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**RECORRENTE** : **ROBSON FRANCA GONCALVES**  
**ADVOGADO** : **LEANDRO BERNARDINO RACHADEL E OUTRO(S) - SC015781**  
**RECORRIDO** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial com fulcro no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal, interposto em desfavor de decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

Consta dos autos que o *Parquet* ofereceu denúncia contra o réu, dando-o como incurso nas sanções do art. 157, § 2º, incisos I e II, c/c o art. 14, inciso II, ambos do CP (tentativa de roubo circunstanciado pelo emprego de arma e concurso de agentes), tendo a sentença proferida pelo magistrado de piso absolvido o ora recorrente da imputação com fulcro no art. 386, inciso IV, do Código de Processo Penal.

Irresignada a parte, no que tange aos honorários advocatícios do defensor dativo, e interposto recurso, restou este desprovido por acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 377):

*APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO. TENTATIVA DE ROUBO CIRCUNSTANCIADO PELO EMPREGO DE ARMA E CONCURSO DE AGENTES. SENTENÇA ABSOLUTÓRIA. RECURSO DA DEFESA. PEDIDO DE MAJORAÇÃO DA VERBA HONORÁRIA ARBITRADA EM FAVOR DO DEFENSOR DATIVO, DE ACORDO COM A TABELA DA OAB/SC. IMPOSSIBILIDADE, NA ESPÉCIE. HONORÁRIOS QUE DEVEM LEVAR EM CONSIDERAÇÃO OS PARÂMETROS ESTABELECIDOS NO ART. 20, §§ 3º E 4º, DO CPC VIGENTE À ÉPOCA, C/C O ART. 3º DO CPP, E AO ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NA SEÇÃO CRIMINAL DESTES TRIBUNAL. ARBITRAMENTO QUE LEVOU EM CONSIDERAÇÃO A ATUAÇÃO DO DEFENSOR NO CASO CONCRETO, OBSERVADOS OS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. NECESSIDADE, NO ENTANTO, DA CONVERSÃO, DE OFÍCIO, DO VALOR FIXADO NA SENTENÇA EM URH'S PARA PECÚNIA. RECURSO DESPROVIDO.*

*No arbitramento da verba honorária do defensor dativo,*

*os parâmetros a serem utilizados para a fixação judicial são de livre convencimento motivado do Magistrado, v.g., o trabalho desempenhado, o grau de zelo profissional, o tempo e o labor exigidos para a prestação do serviço, e a complexidade do caso concreto, haja vista tratar-se de defensor nomeado pelo juízo, e não de advogado contratado. Por isso que a tabela da OAB, disciplinando de modo apenas sugestivo e não obrigatório, não vincula o Juízo na fixação da verba honorária ao defensor dativo, sob pena de quebrar financeiramente o Estado se aplicada sistematicamente, de modo a tornar duvidosa a capacidade do erário de suportá-los. "O valor a ser fixado a título de verba honorária não deve ter por base o dispositivo legal mencionado pela defesa, porquanto este último se refere à remuneração dos defensores constituídos, tornando-se apenas uma norma de caráter sugestivo sem efeito vinculante, diferentemente da verba devida aos defensores nomeados pelo Estado, que era fixada de acordo com a tabela constante do Anexo Único da Lei Complementar Estadual n. 155/97, antes de ser declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal" (Apelação Criminal n. 2013.083236-6, Des. Alexandre d'Ivanenko, Terceira Câmara Criminal, de Joinville, j. 25/2/2014).*

Opostos embargos de declaração, não foram estes conhecidos (e-STJ, fls. 395/401).

Na petição de recurso especial, a parte recorrente alega negativa de vigência aos arts. 3º do CPP e 22, §§ 1º e 2º, da Lei n. 8.906/94.

Requer que o arbitramento de honorários advocatícios do defensor dativo criminal se atenha aos valores mínimos previstos na tabela da OAB da Seccional.

Contrarrazões às fls. 442/447.

Admitido o recurso (fls. 449/451), os autos vieram a esta Corte.

Parecer ministerial pugnando pelo provimento do recurso especial nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fl. 464):

**RECURSO ESPECIAL RECURSO FUNDADO NAS ALÍNEAS A E C, INCISO III, DO ART. 105 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. OFENSA AO ART. 22, §§ 1º E 2º, DA LEI N 8.906/1994.**

**HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DO DEFENSOR DATIVO. NECESSIDADE DE VALORES MÍNIMOS FIXADOS NA TABELA DE HONORÁRIOS DA OAB. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONFRONTO COM JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.**

**PARECER PELO PROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL, PARA QUE O TRIBUNAL DE ORIGEM OBSERVE OS VALORES MÍNIMOS ESTABELECIDOS NA TABELA DA OAB.**

É o relatório. Decido.

Discute-se nestes autos à tese da obrigatoriedade ou não de serem observados, em feitos criminais, os valores estabelecidos na tabela organizada pelo respectivo Conselho Seccional da Ordem dos Advogados a título de verba advocatícia devida a advogados dativos.

Sobre o tema, a Terceira Seção deste egrégio Superior Tribunal de Justiça, no REsp 1656322/SC e REsp 1665033/SC, Tema n. 984, Rel. Min. Rogerio Schietti Cruz, afetado em 22/11/2017, decidiu sobrestar o julgamento dos processos que versem sobre essa questão até decisão definitiva desta Corte.

Ocorre que, na data de 23/10/2019, foram julgados os Recursos Repetitivos referentes ao tema em questão, em que se fixou a tese de que *"as tabelas de honorários elaboradas unilateralmente pelos Conselhos Seccionais da OAB não vinculam o magistrado no momento de arbitrar o valor da remuneração a que faz jus o defensor dativo que atua no processo penal; servem como referência para o estabelecimento de valor que seja justo e que reflita o labor despendido pelo advogado."* (REsp 1656322/SC, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 23/10/2019, DJe 04/11/2019)

Assim, nos termos do entendimento acima esposado, nada há a ser alterado no acórdão recorrido.

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, inc. IV, alínea "b", do Código de Processo Civil c/c o art. 3.º do Código de Processo Penal, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator